

Panorama e análise das demonstrações contábeis da companhia da Zona de Processamento de Exportação do Ceará

Overview and Analysis of the Company's Financial Statements for the Export Processing Zone of Ceará

Victor Pessoa Parente¹
Roberto Sergio do Nascimento²
Ricardo Viotto³

RESUMO

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) são zonas de livre comércio de importação e exportação. Diante deste contexto, esta pesquisa tem por objetivo geral estudar o panorama legal das ZPEs e explicitar informações relevantes baseadas na análise das demonstrações contábeis da companhia administradora da ZPE Ceará. A pesquisa se caracteriza como qualitativa no que se refere a compreender os eventos relacionados à ZPE Ceará, e quantitativa por mensurar os índices econômico-financeiros com base nas demonstrações da companhia publicadas. A pesquisa permitiu identificar que, das ZPEs autorizadas pela legislação a operar, apenas uma se encontra em operação, enquanto outra se encontra apenas alfandegada, 19 estão em processo de implantação e 5 abdicaram voluntariamente do processo de implantação. Os resultados dos índices de liquidez, estrutura patrimonial e rentabilidade indicaram que a companhia apresenta amplas condições de continuidade, em virtude de apresentar dívidas de baixo impacto no curto e longo prazo, baixa representatividade do capital de terceiros e retorno de capital investido positivo. A companhia apresentou resultados de destaque em 2015, com 5,64 para os índices de liquidez corrente, seca e geral, e 0,24 em índices de endividamento e participação de

1 Contador. E-mail: victorpparente@gmail.com

2 Doutor em Contabilidade. Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC). Auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria de Estratégias para o Combate à Fraude e Corrupção (Seccor). E-mail: robertosn@tcu.gov.br

3 Advogado. Especialista em Direito Processual Civil. E-mail: ricardoviotto@yahoo.com

capitais de terceiros em 2018, indicando baixa dependência de terceiros, e apresentou redução de rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido, com resultados de 0,17 e 0,27 respectivamente.

Palavras-Chave: Zona de Processamento de Exportação. Panorama da Zona de Processamento de Exportação. Análise das Demonstrações Contábeis. Índices de Liquidez, Estrutura Patrimonial e Rentabilidade.

ABSTRACT

Export Processing Zones (EPZs) are free trade zones for import and export. Given this context, this research aims to study the legal prospect of the EPZs and to explain relevant information based on the analysis of the financial statements of the Companhia Administradora da ZPE Ceará. The research is characterized as qualitative in kind aiming to understand the events related to Ceará EPZ, and quantitative for measuring the economic and financial indexes based on the company's published statements. The research identified that of the SPAs authorized by the legislation to operate, only one is in operation, while one is only bonded, nineteen are being implemented and five voluntarily abdicated the implementation process. The results of the liquidity indexes, equity structure and profitability indicated that the Company has broad continuity conditions, due to its low and long term low impact debt, low third party capital and positive return on invested capital. The Company reported featured results in 2015, with 5.64 for current, dry and general liquidity indexes and 0.24 for indexes of indebtedness and participation of third party capital in 2018, and reduction of profitability of assets and return on equity, with results of 0.17 and 0.27, respectively.

Keywords: Export Processing Zones. Export Processing Zones Prospect. Financial Statement Analysis. Indexes of Liquidity, Patrimonial Structure and Profitability.

Recebido: 15-06-2020

Aprovado: 02-07-2020

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2016), as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior. São destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

As empresas que se instalam em ZPE têm acesso a tratamentos tributário, cambiais e administrativos específicos. Conforme o MDIC (2016), para o Brasil, além do esperado impacto positivo sobre o balanço de pagamentos decorrente da exportação de bens e da atração de investimentos estrangeiros diretos, há benefícios como a difusão tecnológica, a geração de empregos e o desenvolvimento econômico e social.

As ZPEs representam um modelo de áreas de comércio que envolvem tratamentos tributários, cambiais e administrativos específicos. Incentivam a exportação dos produtos produzidos internamente, estando ligadas diretamente ao desenvolvimento econômico do Brasil e, consequentemente, ao desenvolvimento social, em virtude da geração de empregos, difusão tecnológica e desenvolvimento das áreas em que as ZPEs se encontram instaladas.

De acordo com o art. 18 da Lei nº 11.508/2007, somente poderá se instalar em ZPE a pessoa jurídica que mantiver receita bruta decorrente de exportação para o exterior, com no mínimo 80% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços. Segundo dados do MDIC (ZPE CEARÁ, [201-]), em fevereiro de 2017 o Brasil apresentava 25 ZPEs autorizadas, sendo 19 em efetiva implantação.

O modelo econômico, apesar de possuir projetos há mais de 20 anos, entrou em operação recentemente, mais precisamente em 30 de agosto de 2013, no município de São Gonçalo do Amarante, sendo a única em operação no país. Em virtude desse panorama, mostra-se estudo

que forneça um panorama relativo ao status atual das ZPEs autorizadas a operar no País, além de uma análise das demonstrações financeiras da companhia responsável por administrar a única Zona em operação em território nacional.

Dessa forma, este trabalho possui a seguinte problemática de pesquisa: qual o panorama legal da ZPE do Ceará, e quais informações relevantes pode-se extrair a partir da análise das suas demonstrações contábeis? Por sua vez, pretende como objetivo geral estudar o panorama legal das ZPEs e explicitar as informações relevantes baseadas na análise das demonstrações contábeis da companhia administradora da ZPE Ceará. Como objetivos específicos, espera-se: a) evidenciar características das ZPEs em geral e específicas da ZPE Ceará por meio de estudo a ser realizado; b) extrair informações econômicas, patrimoniais e financeiras sobre o desempenho da ZPE Ceará com base em análise das demonstrações contábeis publicadas.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma, além da introdução: referencial que tratará sobre a definição, objetivo e panorama das ZPEs no Brasil, benefícios federais e demais benefícios oferecidos pelas áreas de comércio; metodologia; resultados e análise de dados; e conclusões observadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição, instituição das ZPEs, seus objetivos e panorama no Brasil

A Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 952/2009, em seu art. 2º, caracteriza as ZPEs como áreas de livre comércio de importação e exportação destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior. Uma vez instaladas, as ZPEs têm por objetivo reduzir desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecno-

lógica e o desenvolvimento econômico e social do país.

De acordo com a Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (ABRAZPE, 2018a), as ZPEs são distritos industriais incentivados. As empresas nelas localizadas operam com suspensão de tributos, liberdade cambial (podem manter no exterior permanentemente as divisas obtidas nas exportações) e procedimentos administrativos simplificados – com a condição de destinarem pelo menos 80% de sua produção ao mercado externo. A parcela restante, vendida no mercado doméstico, paga integralmente os tributos incidentes na operação, além daqueles suspensos quando da importação de insumos.

Pesquisa realizada pelo MDIC, em fevereiro de 2017, evidencia que o Brasil apresentava 26 ZPEs autorizadas, sendo 19 em efetiva implantação (MDIC, 2017). As 26 se encontram no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Detalhamento das ZPEs criadas no Brasil

ZPEs criadas no Brasil	
Denominação	Município – Estado
ZPE de João Pessoa	João Pessoa – Paraíba
ZPE de Ilhéus	Ilhéus – Bahia
ZPE de São Luís	São Luís – Maranhão
ZPE do Pecém	São Gonçalo do Amarante – Ceará
ZPE de Parnaíba	Parnaíba – Piauí
ZPE do Sertão	Assú – Rio Grande do Norte
ZPE de Macaíba	Macaíba – Rio Grande do Norte
ZPE de Suape	Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco
ZPE de Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros – Sergipe
ZPE de Rondônia	Porto Velho – Rondônia
ZPE do Acre	Senador Guiomard – Acre
ZPE de Araguaína	Araguaína – Tocantins
ZPE de Boa Vista	Boa Vista – Roraima
ZPE de Barcarena	Barcarena – Pará
ZPE de Cáceres	Cáceres – Mato Grosso

Quadro 1: Detalhamento das ZPEs criadas no Brasil (continuação)

ZPEs criadas no Brasil	
Denominação	Município – Estado
ZPE de Vila Velha	Vila Velha – Espírito Santo
ZPE de Aracruz	Aracruz – Espírito Santo
ZPE de Uberaba	Uberaba – Minas Gerais
ZPE de Teófilo Otoni	Teófilo Otoni – Minas Gerais
ZPE de Itaguaí	Itaguaí – Rio de Janeiro
ZPE do Açú	São João da Barra – Rio de Janeiro
ZPE de Fernandópolis	Fernandópolis – São Paulo
ZPE de Imbituba	Imbituba – Santa Catarina
ZPE de Rio Grande	Rio Grande – Rio Grande do Sul
ZPE de Corumbá	Corumbá – Mato Grosso do Sul
ZPE de Bataguassu	Bataguassu – Mato Grosso do Sul

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados do MDIC (2017).

Das ZPEs citadas, cinco delas abdicaram voluntariamente do processo de implantação, conforme o Decreto nº 9.613/2018, sendo elas: João Pessoa/PB, São Luís/MA, Vila Velha/ES, Rio Grande/RS, Corumbá/MS.

As ZPEs, em sua fase inicial de implantação, passam por um processo de alfandegamento, que segundo a Portaria RFB nº 3.518/2011 é a autorização, por parte da Secretaria da RFB, para movimentação, armazenagem e submissão a despacho aduaneiro de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas, nos locais e recintos onde as atividades ocorram sob controle aduaneiro. Informações colhidas da Abrazpe (2018a) demonstram que até 8 de fevereiro de 2018, das 26 ZPEs autorizadas, apenas duas chegaram à fase de alfandegamento, as do Pecém/CE e de Senador Guiomard/AC. Porém, somente a do Pecém se encontra em funcionamento, no sentido de estar alfandegada e ter empresa operando com os incentivos do regime, além de empresas em operação. A ZPE de Parnaíba/PI tem dois projetos aprovados, mas ainda não foi alfandegada, dessa forma, suas empresas não se beneficiam dos incentivos.

Na época, esse instrumento legal autorizou o Poder Executivo a criar ZPE por meio de edição de decreto presidencial e a traçar a orientação da política delas, estabelecer requisitos, analisar propostas, entre outras atividades. O normativo criou o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE).

O CZPE, segundo a legislação vigente, tem competência para analisar as propostas de criação de ZPE, aprovar os projetos industriais correspondentes, traçar as orientações referentes à política das ZPEs, declarar caducidade de uma Zona em caso de não cumprimento de prazos definidos previamente, além de dar prioridade para as propostas de criação em área privilegiada para exportação e estabelecer valor mínimo de investimento que uma empresa deve realizar para que possa operar no regime.

2.2 Benefícios federais estabelecidos para uma ZPE

A legislação que trata das zonas de processamento estabelece que as empresas autorizadas a se instalar sob essa modalidade de empreendimento terão a suspensão de impostos e contribuições. No que se refere a aquisições no mercado interno, a suspensão se aplica para o imposto sobre produtos industrializados (IPI), contribuição para o financiamento da seguridade social (Cofins) e contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep).

Quanto à importação, a suspensão se aplica para o imposto de importação, IPI e Cofins devidos pelo importador de bens estrangeiros ou serviços do exterior (Cofins-Importação, contribuição para o PIS/Pasep-importação) e para o adicional de frete para renovação da marinha mercante. No dispositivo legal da ZPE há também menção à aplicação de outros incentivos ou benefícios fiscais que são permitidos, desde que sob as condições previstas em suas legislações específicas, sendo eles: os previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Outros benefícios são os que se referem à promoção comercial no exterior e redução à alíquota zero do imposto de renda incidente sobre remessas para o exterior quando destinadas a despesas com pesquisas de mercado para produtos brasileiros, capacitação e competitividade do setor de informática e automação, relativos ao Programa de Inclusão Digital. Os dispositivos legais referentes à ZPE estabelecem que elas devem ser administradas por uma pessoa jurídica especificamente constituída para prestar serviços a empresas que vierem a se instalar na ZPE, além de dar apoio e auxílio à autoridade aduaneira. Outrossim, devem atender determinações do CZPE e oferecer instalações, equipamentos e condições adequadas para o fluxo de mercadorias nas áreas, que devem ser submetidos à conferência aduaneira, seguindo determinação da RFB.

2.3 Especificidades ZPE Pecém/CE

A companhia administradora da ZPE Ceará foi instituída pela Lei Estadual nº 14.794/2010, amparada pela Lei Federal nº 11.508/2007. A legislação estadual define que a companhia deve ser uma pessoa jurídica na forma de sociedade de economia mista, devendo ser regida pelas disposições da Lei de Sociedades por Ações. Além disso, deve possuir estatuto próprio e, por legislação que lhe for aplicável, estar vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico devendo, portanto, publicar balanço anual acompanhado de relatório acerca de documentação contábil e desempenho administrativo, elaborado por empresa de auditoria independente.

A ZPE do Pecém teve o município e espaço físico definidos pelo Decreto Federal de 16 de junho de 2010 que se estabeleceu no município de São Gonçalo do Amarante/CE, mais precisamente no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, localizado na região metropolitana de Fortaleza, planejado para abrigar atividades industriais diversas. No local se encontra em operação a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) orça-

da em US\$ 8,1 bilhões, sendo US\$ 5,1 bilhões destinados à implantação com geração de empregos na ordem de 15 mil empregos diretos e 8 mil indiretos apenas na fase de construção, e 4 mil empregos diretos e 10 mil indiretos quando em operação total (ZPE CEARÁ, 2019).

A segunda empresa a ser aprovada pelo CZPE e autorizada a se instalar na ZPE do Pecém foi a Vale Pecém, empresa da Vale S/A voltada para o fornecimento de minério de ferro à CSP. Outra empresa autorizada a operar na ZPE foi a Phoenix do Brasil, com investimentos em torno de R\$ 198 milhões, e expectativa de geração de cerca de 500 empregos entre diretos e indiretos na região (ZPE CEARÁ, 2019).

Os benefícios de âmbito estadual são estabelecidos com base no Convênio Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 99/1998 e Decreto nº 31.935/2016. O Convênio autoriza as unidades federadas a conceder a isenção do ICMS nas saídas internas dos produtos previstos na Lei nº 11.508/2007 destinadas aos estabelecimentos localizados em ZPE. Entre os produtos estão máquinas destinadas à instalação industrial, matérias-primas a serem integradas ao processo produtivo, produtos envolvidos em operações realizadas entre estabelecimentos autorizados a operar em ZPE e outros.

No âmbito municipal, a Lei nº 1.296/2014 do município de São Gonçalo do Amarante/CE dispôs nos seus artigos 9 e 10 que a alíquota de imposto sobre serviços de qualquer natureza ficará fixada em 2% para empresas beneficiárias dos incentivos fiscais concedidos a empresas autorizadas a operar em ZPE. As empresas que podem usufruir do benefício foram divididas em três grupos com especificações: industriais, comércio atacadista, distribuidoras e porto seco, além de prestação de serviços, sendo o benefício concedido pelo prazo inicial de cinco anos.

2.4 Análise das demonstrações contábeis

Neste artigo serão analisadas as demonstrações contábeis apresen-

tadas de acordo com a lei societária. Ela determina que ao fim de cada exercício social a diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício. As demonstrações analisadas serão o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício.

O Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis define que as demonstrações são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade, e objetivam representar os resultados da atuação da administração em face de seus deveres e responsabilidades na gestão dos recursos (CPC, 2011).

Para Martins, Miranda e Diniz (2018), o balanço patrimonial é uma das demonstrações contábeis mais importantes nos processos de tomada de decisão por parte dos usuários das informações oriundas da contabilidade. Os elementos do balanço permitem que sejam tiradas conclusões a respeito da solvência, liquidez, endividamento, estrutura patrimonial e rentabilidade, entre outros aspectos. Por sua vez, a demonstração do resultado do exercício expressa os resultados apurados pela entidade, tanto a benefício do capital de terceiros quanto do capital próprio. É por meio dela que se pode avaliar tendências em termos de receitas, custos e despesas de variadas naturezas. Assim, os índices de rentabilidade e prazos médios estão pautados, em parte, nas informações apresentadas neste relatório.

De acordo com Assaf Neto (2010), dois dos principais atributos de uma empresa são permitir a comparação de valores obtidos em um lapso temporal com outros levantados em momentos anteriores e a relação dessas cifras com outros afins. Logo, pode-se inferir que sem a análise comparativa não se pode deduzir sobre o real alcance dos índices comparados e as relações deles provenientes.

O conceito de índice foi apresentado por Matarazzo (2010) como sendo a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações finan-

ceiras no intuito de evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa. De acordo com o autor, para se desenvolver uma boa pesquisa não é necessário o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices bem selecionados que permita conhecer a situação da empresa, classificados por ele em índices que evidenciam a situação financeira (estrutura e liquidez) e situação econômica (rentabilidade).

Ademais, é preciso enfatizar que a análise das demonstrações contábeis é uma relevante ferramenta gerencial e de auditoria para as entidades, visto que propicia aos gestores e demais usuários tendências por meio de avaliação do passado, e para decisões futuras. Daí a importância da sua análise para que sejam determinados os corretos investimentos e financiamentos que visam maximizar o patrimônio dos sócios.

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui natureza qualitativa pois visa compreender os eventos relacionados à ZPE Ceará, bem como natureza quantitativa por mensurar os dados, no caso, os índices econômico-financeiros que são baseados em premissas, fórmulas matemáticas e resultados numéricos.

Conforme explicam Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, com finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito.

Já a pesquisa documental, segundo Gil (2010), é muito parecida com a bibliográfica, tendo em vista que os dois tipos de pesquisa utilizam dados já existentes, porém a diferença está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica é baseada em obras de autores para um público específico, a pesquisa documental é baseada em documentos elaborados para diversos fins. Vergara (2013) destaca como principais documentos utilizados: balancetes, ofícios, memorandos, entre outros. De acordo com a descrição de Beuren (2009), o estudo de caso é uma pesquisa onde se

estuda, de maneira mais aprofundada, um caso específico.

Para o desenvolvimento do trabalho, a pesquisa tem objetivo exploratório e descritivo com utilização de procedimentos técnicos bibliográficos e documentais e o estudo de caso da companhia administradora da ZPE Ceará.

As demonstrações contábeis da companhia são publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará, acompanhadas do relatório de auditoria e da administração. Dessa forma, coletaram-se os demonstrativos para aplicação dos índices, visando extrair informações econômicas, financeiras e patrimoniais da companhia, além de realizar as análises horizontal e vertical. Serão analisados o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, devido a serem as demonstrações contábeis consideradas nos cálculos dos índices, conforme explicita o Quadro 2 a seguir. A coleta de dados foi realizada no período de setembro a dezembro de 2019 e os exercícios financeiros foram aqueles referentes ao período de 2015 a 2018, últimas demonstrações publicadas.

Quadro 2 – Índices e métodos de cálculo aplicados

		Índice	Método de cálculo
Situação financeira	Índices de liquidez	Liquidez corrente	Ativo circulante/passivo circulante
		Liquidez seca	(Ativo circulante – despesas antecipadas)/passivo circulante
		Liquidez imediata	Disponibilidades/passivo circulante
		Liquidez geral	(Ativo circulante + realizável a longo prazo)/(passivo circulante + passivo não circulante)
	Índices de estrutura patrimonial	Endividamento	Passivo circulante + passivo não circulante/patrimônio líquido
		Participação de capitais de terceiros	Capitais de terceiros/patrimônio líquido
		Imobilização do patrimônio líquido	(Ativo não circulante – ativo realizável a longo prazo)/patrimônio líquido

Quadro 2 – Índices e métodos de cálculo aplicados (continuação)

		Índice	Método de cálculo
Situação econômica	Índices de rentabilidade	Giro do ativo	Vendas líquidas/ativo total
		Margem líquida	Lucro líquido/receita líquida
		Rentabilidade do ativo	Lucro líquido/ativo total
		Rentabilidade do patrimônio líquido	Lucro líquido/patrimônio líquido inicial

Fonte: Elaborado pelos autores conforme métodos utilizados por Martins, Miranda e Diniz (2018) e Matarazzo (2010).

Após a coleta dos dados, os índices serão explicitados, aplicados e, com base nos resultados, terão informações extraídas que servirão de base para a conclusão do trabalho. Ademais, a legislação vigente servirá de base para explicitar o panorama legal das ZPEs.

Os índices foram escolhidos visando construir um quadro de avaliação da companhia e permitir visão macro da situação econômico-financeira da entidade estudada. Ademais, os índices são os mais utilizados por autores de livros, em trabalhos de pesquisadores, além de propiciarem informações úteis do ponto de vista de investidores, fornecedores, credores, entre outros.

Os índices de liquidez foram aplicados visando relacionar a situação financeira diante dos compromissos assumidos, transmitindo a capacidade de arcar com dívidas assumidas, se relacionando diretamente com a condição de continuidade da companhia. Em sequência, os índices de estrutura patrimonial foram aplicados com a finalidade de demonstrar a dependência ou não da entidade em relação a recursos fornecidos por terceiros. Já os índices de rentabilidade foram aplicados objetivando indicar quanto renderam os investimentos aplicados pela companhia, relacionando-os com os resultados obtidos na execução de suas atividades.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa no que se refere ao cálculo dos indicadores financeiros e econômicos da companhia

administradora da ZPE Ceará e a análise dos resultados obtidos. Na Tabela 1 estão apresentados os resultados obtidos no cálculo dos índices nos exercícios de 2015 a 2018, baseados no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício publicados.

Tabela 1: Resultados obtidos após aplicação dos índices

		Índice	2015	2016	2017	2018
Situação financeira	Índices de liquidez	Liquidez corrente	5,64	1,75	3,15	3,39
		Liquidez seca	5,64	1,75	3,14	3,39
		Liquidez imediata	5,42	1,11	3,01	2,80
		Liquidez geral	5,64	1,75	3,15	3,39
	Índices de estrutura patrimonial	Endividamento	0,21	0,66	0,30	0,24
		Participação de capitais de terceiros	0,14	0,55	0,30	0,24
		Imobilização do patrimônio líquido	0,01	0,51	0,37	0,44
Situação econômica	Índices de rentabilidade	Giro do ativo	1,72	2,71	2,85	2,41
		Margem líquida	0,19	(0,12)	0,13	0,07
		Rentabilidade do ativo	0,33	(0,32)	0,37	0,17
		Rentabilidade do patrimônio líquido	-	(0,37)	1,02	0,27

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Analisando os dados da Tabela 1, percebe-se que os índices de liquidez corrente em todos os exercícios se mantiveram acima de 1, permitindo concluir que na companhia existe compatibilidade entre os recursos que se espera receber (direitos) no curto prazo e aqueles que se espera pagar no curto prazo (obrigações). Outrossim, mesmo em 2016, ano em que houve prejuízo, a companhia teve capacidade de financiar suas necessidades de capital de giro, porém é válido ressaltar que os índices devem ser analisados em conjunto com as demonstrações contábeis e demais índices, pois, isoladamente, apenas um índice não é suficiente para estabelecer um panorama econômico, financeiro ou patrimonial de uma entidade.

O índice de liquidez seca apresentou resultado diferente do índice de liquidez corrente apenas em 2017, porém com diferença que pode ser considerada de impacto mínimo na comparação dos índices. Tal fato decorre do baixo saldo do grupo de despesas antecipadas, que é considerado no cálculo do índice de liquidez seca. Dessa forma, pode-se concluir que a companhia possui plena capacidade de quitar dívidas de curto prazo por meio do uso de bens de maior liquidez no seu ativo, que são apresentados no ativo circulante.

No que se refere ao índice de liquidez imediata, pode-se inferir que o montante existente nas disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) é suficiente para quitar as dívidas de curto prazo de forma instantânea e ainda restaria saldo no disponível da companhia. É oportuno ressaltar que o índice teve diminuição nos seus números, principalmente no ano de 2016, em que houve prejuízo.

Após análise do índice de liquidez geral, pode-se constatar que a companhia possui ampla capacidade de pagamento das suas dívidas no longo prazo, considerando tudo o que pode ser convertido em dinheiro (curto e longo prazo do ativo), relacionando com todas as dívidas também de curto e longo prazo. É válido ressaltar que a companhia não possui dívidas de longo prazo, que são representadas no passivo não circulante. Tal fato pode ser considerado positivo, visto que isso evidencia que a companhia não vem acumulando dívidas no decorrer dos anos, o que poderia comprometer o montante das suas disponibilidades, além do risco de não conseguir quitar suas dívidas.

Dessa forma, a diminuição dos resultados dos índices no decorrer do tempo foi impactada por investimentos realizados pela entidade no seu intangível, relacionado a dispêndios com softwares, aquisição de licenças e investimentos em seu imobilizado e capacitação de funcionários, conforme evidenciado em relatório da administração.

A análise da estrutura patrimonial é essencial para verificar relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros, permitindo avaliar

dependência ou não de uma entidade em relação a recursos externos. Com base no balanço patrimonial da companhia, verifica-se a seguinte distribuição dos saldos referentes a ativo e passivo (gráficos 1 e 2):

Gráfico 1: Distribuição do ativo total em %



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Gráfico 2: Distribuição do passivo total em %



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Com base nos gráficos e resultados da aplicação dos índices de estrutura patrimonial, é possível concluir que os ativos da companhia, embora tenham diminuído ao longo dos períodos analisados, estão concentrados no ativo circulante, com maior concentração nas disponibilidades da entidade, ou seja, a maior parte dos ativos da companhia é de alta liquidez.

Ademais, em se tratando de passivo e patrimônio líquido, o capital próprio tem maior representatividade em todos os períodos, evidenciando que as dívidas da companhia, além de terem baixa representatividade no passivo, estão concentradas no curto prazo, fato positivo para a companhia.

Analisando os resultados do índice de endividamento, percebe-se que os números permanecem próximos a zero, tendo 2016 como o ano de maior índice. O índice visa transmitir quanto a empresa tem de dívidas com terceiros. O fato se deve em virtude do impacto do passivo circulante no patrimônio líquido da companhia, causado principalmente pelo saldo das obrigações sociais, trabalhistas e tributárias. Além disso, o saldo do patrimônio líquido de 2016 é o menor desses anos. Nos demais períodos, a companhia teve baixa dependência em relação a capitais de terceiros, tendo em 2018 um avanço nesse aspecto quando comparado ao resultado de 2017.

O índice de participação de capitais de terceiros apresenta números próximos ao índice de endividamento, visto que o primeiro não engloba o grupo de dividendos propostos, em virtude de ser um grupo que envolve distribuição de valores que foram gerados pela própria entidade. Desse modo, analisando a composição dos números obtidos, é possível verificar que o índice apresentou menor número em 2015, ano em que a companhia apresentou os menores saldos provenientes de terceiros. Ademais, em 2016 o resultado obtido foi o maior, sendo amplamente impactado pelo saldo de obrigações sociais, trabalhistas e tributárias, que contribuiu para a ocorrência de prejuízo no resultado da companhia.

O índice de imobilização do patrimônio líquido busca exprimir a parcela de capital próprio que está investida em ativos de menor liquidez que compõem o ativo realizável no longo prazo de uma entidade. Seus números permitem perceber que o aumento do saldo do ativo não circulante da companhia teve impacto no aumento do índice, causado pelo aumento dos investimentos realizados, principalmente no imobilizado que, de 2015 a 2018, teve aumento de mais de 98% do seu saldo, enquanto o patrimônio líquido teve aumento aproximadamente de apenas 53%, justificando o aumento do índice.

Os índices de rentabilidade visam transmitir a rentabilidade dos capitais investidos em um empreendimento. Após os resultados obtidos referentes ao índice de giro do ativo, pode-se perceber que o ano de 2015 foi o

ano cujo resultado foi o menor, tendo ocorrido um aumento nos dois anos subsequentes e uma pequena diminuição no exercício de 2018. Analisando os resultados, é possível inferir que, após estabelecer a relação entre vendas líquidas e ativo da entidade, a companhia tem um retorno superior ao dobro, exceto em 2015, representando um fator a favor da continuidade das operações da companhia.

Quanto aos resultados da margem líquida, é possível identificar que em 2016 a companhia apresentou índice negativo, ou seja, as receitas dos serviços prestados não foram convertidas em lucro, fato que contribuiu para a ocorrência do prejuízo no referido exercício. Nos demais anos, a companhia obteve êxito na conversão das suas receitas em lucro. Porém, é válido ressaltar que o valor do índice está bem próximo a zero. Tal fato indica que, mesmo tendo aumento significativo das receitas no período analisado, devem ser analisados em conjunto o valor das receitas, custos e lucro com a finalidade de obter maiores detalhes da rentabilidade da companhia.

O índice de retorno sobre o patrimônio líquido objetiva expressar os resultados alcançados na gestão dos recursos próprios de terceiros. O ano de 2015 apresentou resultado zero em virtude de o método de cálculo considerar o saldo de patrimônio líquido inicial da companhia, ou seja, o saldo final do exercício de 2014, que não está incluso nos períodos analisados.

No que se refere aos resultados dos anos de 2016, 2017 e 2018, é possível inferir que, no primeiro, em virtude do prejuízo, a companhia não obteve êxito em remunerar o capital que foi investido pelos sócios. Porém, nos anos seguintes nota-se que houve retorno do capital investido, principalmente no exercício de 2017, que foi o ano cujo lucro líquido de todos os encargos relativos a terceiros foi o maior. Ademais, no ano de 2018 o índice apresentou um resultado menor em virtude da maior representatividade das despesas gerais administrativas que a companhia teve que arcar, influenciando no montante do lucro líquido.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho busca estudar o panorama legal das ZPEs, explanar informações relevantes baseadas na análise de indicadores de liquidez, estrutura patrimonial e rentabilidade extraídos das demonstrações contábeis da companhia administradora da ZPE Ceará, transmitindo informações econômicas, patrimoniais e financeiras da companhia.

A respeito dos resultados obtidos no cálculo dos índices de liquidez, pode-se concluir que apresentaram números positivos, indicando que a empresa apresenta capacidade de arcar com as dívidas que foram assumidas, sinalizando condição para sua continuidade. Analisando em conjunto os índices de liquidez imediata e liquidez geral, percebe-se que a companhia possui capacidade de quitar dívidas de curto e longo prazo, não existindo problemas de pagamento, ou seja, indicando manutenção da estrutura financeira que vem sendo aplicada, sendo válido destacar os resultados obtidos em 2015 para os dois índices, respectivamente 5,42 para liquidez imediata e 5,64 para liquidez geral. Ademais, mesmo tendo aumento em seu passivo circulante, o aumento do ativo circulante da companhia foi superior, fortalecendo os indícios de rentabilidade e estabilidade diante dos compromissos assumidos com terceiros.

Os índices de liquidez corrente e seca apresentam números praticamente iguais em virtude de o saldo das despesas antecipadas ter tido baixa representatividade no ativo circulante, apresentando pequena diferença apenas no ano de 2017. Seus resultados permitem concluir que a empresa possui capacidade de suprir suas necessidades de capital de giro, ou seja, a companhia possui recursos para suprir eventuais necessidades ao longo do tempo, destacando-se os resultados de 2015, 5,64 para os dois índices, e de 2018, 3,39 também iguais para os dois índices, indicando crescimento quando comparado aos dois exercícios anteriores, 2016 e 2017.

A representatividade do capital próprio apresentou menor número em 2016, ano em que houve prejuízo contábil. Em virtude disso, o índice

de endividamento teve aumento no período, fato que pode ser considerado negativo, visto que demonstra maior impacto do capital de terceiros quando comparado ao capital próprio. Quanto ao índice de imobilização do patrimônio líquido, percebem-se variações que foram causadas pelos investimentos da companhia em seu imobilizado e intangível, indicando investimento em ativos de menor liquidez que são necessários para realização e manutenção de suas atividades, sendo válido destacar o menor resultado obtido em 2015, apenas 0,01. Quanto à participação de capitais de terceiros, pode-se considerar que a companhia apresentou resultados satisfatórios, visto que conseguiu reduzir seus índices a partir de 2016, cujo resultado foi de 0,55, e que em 2018 o número decresceu a 0,24.

No que se refere aos aspectos de rentabilidade, ou seja, ao retorno dos investimentos da empresa, os resultados do índice de giro do ativo indicam que a empresa obteve uma média de retorno de 2,42 para cada real investido no período analisado, com destaque para o ano de 2017, cujo resultado obtido foi de 2,85. Quanto à margem líquida, pode-se perceber que apenas analisar as receitas e lucros não é suficiente, sendo necessária uma análise conjunta de receitas, despesas e custos. Dessa forma, os números, que estão próximos a zero, indicam um baixo percentual de prestação de serviços que está sendo convertido em lucro. O ano de 2016 apresentou resultado negativo de 0,32 em virtude do prejuízo, porém o índice apresentou aumento nos dois exercícios seguintes, com resultados de 0,13 e 0,07, indicando recuperação do prejuízo; apesar disso, é válido observar a diminuição no período de 2018.

Quanto à rentabilidade do ativo, nota-se uma diminuição dos números, indicando decréscimo relativo aos ganhos gerados a partir do capital investido em ativos, com realce para o ano de 2017, tendo em vista que a companhia passou de um resultado negativo de 0,32 para um resultado positivo de 0,37, demonstrando capacidade de se recuperar do prejuízo de 2016. Por fim, o índice de rentabilidade do patrimônio líquido permite concluir que a estrutura de capital utilizada pela entidade teve resultado

negativo em 2016, apresentando resultados positivos em 2017 e 2018. Porém, é possível notar redução do índice em 2018, evidenciando diminuição da capacidade da empresa de remunerar o capital que lhe foi investido com resultado de 0,27, uma diminuição de 0,75 quando comparado ao exercício de 2017.

Analisando os valores dos índices em conjunto, é possível concluir que a companhia possui resultados satisfatórios para a manutenção das suas atividades e para seus investidores, além da capacidade de atender à demanda das empresas para as quais presta seus serviços, não possuindo dificuldades de pagamento a fornecedores.

Ademais, as demonstrações contábeis publicadas permitem perceber que mesmo tendo um prejuízo no ano de 2016 a companhia conseguiu obter resultados positivos nos dois exercícios seguintes, evidenciando recuperação e estabilidade.

Para trabalhos futuros, propõe-se realizar pesquisas que busquem identificar o status das ZPEs em operação no País com a finalidade de evidenciar e comparar seus indicadores com as demais ZPE também em operação. Em caso de não existirem outras ZPEs em atividade, é oportuno buscar entender os motivos para isso, visando concluir se o modelo é algo que de fato pode ser seguido, assim como é seguido na ZPE Ceará.

REFERÊNCIAS

ABRAZPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO. FAQs. *In*: ABRAZPE. [S. l.]: Abrazpe, 9 fev. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2YXDm1a>. Acesso em: 5 fev. 2019.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Convênio ICMS nº 99, de 18 de setembro de 1998. Autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção nas saídas internas destinadas aos estabelecimentos localizados em Zona de Processamento de Exportação – ZPE. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 25 set. 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3ivPWfx>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007. Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, p. 2, 20 jul. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/38rR5QB>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 952, de 2 de julho de 2009. Dispõe sobre a fiscalização, o despacho e o controle aduaneiros de bens em Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, p. 20, 3 jul. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3dWnVuh>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011. Estabelece requisitos e procedimentos para o alfandegamento de locais e recintos e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, p. 22, 30 set. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3e4umvv>. Acesso em: 13 fev. 2019.

CEARÁ. Lei nº 14.794, de 22 de setembro de 2010. Autoriza o poder executivo a constituir a empresa administradora da zona de processamento de exportação de PECÉM S/A. – EMAZP, e dá outras providências. **Diário**

Oficial do Estado do Ceará: Fortaleza, 23 set. 2010a. Disponível em: <https://bit.ly/2ZyME2x>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CEARÁ. Decreto nº 31.935, de 25 de abril de 2016. Regulamenta as operações que envolvam estabelecimentos sediados na Zona de Processamento de Exportação – ZPE Ceará. **Diário Oficial do Estado do Ceará:** Fortaleza, 26 abr. 2016a. Disponível em: <https://bit.ly/2NUdJbe>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CEARÁ. Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará. Relatório da administração. **Diário Oficial do Estado do Ceará:** série 3, Fortaleza, ano 8, n. 108, p. 27-34, 10 jun. 2016b. Disponível em: <https://bit.ly/3gmmk2r>. Acesso em: 3 maio 2019.

CEARÁ. Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará. Relatório da Administração. **Diário Oficial do Estado do Ceará:** série 3, Fortaleza, ano 9, n. 79, p. 47-58, 27 abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2C5eH1m>. Acesso em: 3 maio 2019.

CEARÁ. Balanço Patrimonial, exercício findo 31/12/2017. **Diário Oficial do Estado do Ceará:** série 3, Fortaleza, ano 10, n. 71, p. 27-37, 17 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2D80Tnu>. Acesso em: 3 maio 2019.

CEARÁ. Edital de Convocação/Assembleia Geral Extraordinária. **Diário Oficial do Estado do Ceará:** série 3, Fortaleza, ano 11, n. 62, p. 15-25, 2 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Zu2eMU>. Acesso em: 3 maio 2019.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 26:** Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, DF: CPC, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2VKr8Xx>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MATARAZZO, D. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MDIC – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Regime brasileiro de ZPE**. Brasília, DF: MDIC, 17 out. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2D85c29>. Acesso em: 1 fev. 2019.

MDIC – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Institucional SE-CZPE**. Brasília, DF: MDIC, 21 jul. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/38qrFTz>. Acesso em: 4 fev. 2019.

MDIC – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. ZPE criadas e autorizadas no Brasil. In: MINISTÉRIO da Economia. Brasília, DF: MDIC, 15 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3dXViNp>. Acesso em: 7 fev. 2019.

SÃO GONÇALO AMARANTE. Lei nº 1.296, de 18 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de São Gonçalo do Amarante-CE [...]. **Diário Oficial do Município: São Gonçalo Amarante**, 18 dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3dXEyWq>. Acesso em: 13 fev. 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ZPE CEARÁ – ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ. Institucional. *In: ZPE Ceará.* São Gonçalo do Amarante: ZPE Ceará, [201-]. Disponível em: <https://bit.ly/3im1nGC>. Acesso em: 2 fev. 2019.

ZPE CEARÁ – ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ. Empresas instaladas. *In: ZPE Ceará.* São Gonçalo do Amarante: ZPE Ceará, 7 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2ZzCVcj>. Acesso em: 10 fev. 2019.